

CULTURAS, POLÍTICAS E UNIVERSIDADE

Fernando Antonio Mencarelli¹
Mônica Medeiros Ribeiro²

RESUMO: Neste artigo, buscamos pensar a ação cultural nas universidades públicas brasileiras no contexto político contemporâneo. Destacamos tanto sua dimensão transversal quanto seu papel na defesa dos princípios democráticos em duas direções: como agenciamentos contra-hegemônicos e como resistência ao reacionarismo que emergiu a partir do golpe de 2016 no Brasil. Tratamos também do que significou o trabalho no campo da cultura nas universidades antes do golpe de 2016 e durante os anos do governo autoritário que se encerrou em 2022. Por fim, falamos sobre como, nesses últimos anos, atuamos na gestão cultural e na construção de políticas culturais na UFMG nesse mesmo contexto.

PALAVRAS-CHAVE: Culturas. Universidade. Transversalidade.

INTRODUÇÃO

Em 2022, participamos do *VIII Congresso Internacional sobre Culturas*, organizado pela Rede Internacional de Pesquisadores sobre Culturas (renomeada nessa mesma ocasião como Associação Internacional de Pesquisadores das Culturas), realizado na Universidade do Minho, Portugal. O tema proposto pelo Congresso foi “Culturas de Resistência” e tratamos de abordá-lo a partir de considerações que compartilhamos neste artigo.

As culturas de resistência, que o tema do congresso nos propôs, nos levavam a tratar dos agenciamentos contra-hegemônicos, promovendo o debate sobre práticas culturais críticas, e da abertura a novas possibilidades culturais. O tema foi da maior importância e extremamente necessário para tratarmos do contexto de ascensão dos regimes autoritários e de extrema direita em vários países, colocando cada vez mais as democracias em risco. Autoritarismos emergentes parecem, também, a expressão da reação aos avanços contemporâneos que nossas sociedades vêm realizando no campo da cultura.

¹Professor Titular da UFMG, pesquisador do CNPq e Pró-Reitor de Cultura da UFMG. Email: fernandomencarelli@gmail.com.

²Professora Associada da Escola de Belas Artes e Pró-Reitora Adjunta de Cultura da UFMG. Email: monicaribeiro@yahoo.com.

Esse fenômeno tem no Brasil um de seus principais exemplos. Talvez o Brasil possa ser considerado hoje como laboratório de uma extrema direita internacional em ascensão. Uma grande preocupação é que a recente vitória nas urnas ainda não significa a derrota desse projeto que avançou muito no contexto de nossa sociedade.

O que gostaríamos de apontar, portanto, é que o que fizemos desde o golpe de 2016, na universidade, no campo cultural, pode ser reconhecido como um trabalho de resistência tanto em relação aos retrocessos autoritários e ao conservadorismo reacionário, quanto em relação aos avanços nas agendas contra-hegêmicas.

Por que é tão importante falarmos de *culturas de resistência* e do papel da universidade neste momento? É fato que o campo cultural é estratégico nas disputas que se dão hoje no campo político. Podemos constatar que o campo cultural, junto a outros, é colocado no centro do esforço de desmonte e destruição instituído pela extrema direita. Particularmente as Humanidades, e nelas as artes, vêm sendo objeto de um cerco sistemático. Consideramos que isso se deve a que, entre outros aspectos, as artes e culturas têm relevante capacidade de formação de visão crítica e afirmação da diversidade e pluralidade de projetos para as sociedades.

A guerra cultural é pauta estratégica da extrema direita e com ela se busca reversão de valores, destruição seguida de reconstrução autoritária, uma nova hegemonia, com uma pauta tão claramente apresentada no contexto político brasileiro. São muitos os exemplos, entre os quais podemos mencionar a emblemática extinção do Ministério da Cultura e nomeação de policiais para a gestão das políticas de fomento à cultura, seguidos de tantos outros que mereceriam análises detalhadas.

Também é certo que a extrema direita tem grande domínio sobre as novas formas da cultura digital. Foi principalmente através delas que houve enorme ascensão das pautas, da organização e da mobilização de grupos expressivos da sociedade brasileira, inventando o que nomeiam com bastante clareza de um “Brasil Paralelo”.

A universidade, assim como todo o campo da Educação, se apresenta também como estratégico nessa nova luta política. Na América Latina, o Brasil é um dos últimos países a ter ainda um sistema de ensino superior público e gratuito, que vem sendo objeto de ataques neoliberais há algumas décadas, em consonância com o projeto de expansão do capital para os setores com forte financiamento público: saúde, educação e previdência social.

Tratar aqui da Universidade e das Culturas de Resistência é tratar de uma pauta central na contemporaneidade. Os avanços nesse campo em nossas universidades e sua eleição como inimigo estratégico só fazem mostrar a importância das conquistas que estavam e estão em

curso e da necessidade de nos organizarmos para o enfrentamento e o trabalho de reconstrução do que já foi desmontado ou mesmo destruído no contexto brasileiro.

Os contrapontos são as culturas de resistência na chave contra-hegemônica, pois se trata de pensarmos políticas públicas que possibilitem as emergências das práticas culturais e sua organização para além do controle do Estado e dos governos, mirando o fortalecimento de uma cultura cidadã e emancipatória. Políticas para estruturação e fortalecimento das iniciativas de caráter social, comunitário, que visam a superação das desigualdades e o fortalecimento democrático.

Sabemos que as diversas expressões culturais competem fortemente pela constituição e ressignificação do campo simbólico na era da cultura da informação, tanto do ponto de vista da experiência compartilhada, corpórea, afetiva e simbólica, quanto da proposição de visões críticas e/ou alternativas ao imaginário veiculado por interesses neoliberais.

Entendemos as relações de poder no centro da política e os processos de produção de subjetividades como um de seus modos constitutivos. Os dispositivos de controle e poder operam nos processos de subjetivação como instâncias fundamentais a serem colonizadas pela nova economia. Mas são esses mesmos processos que se constituem enquanto territórios para emancipação, investidos por nós como campo de liberdade, de invenção de si.

A relação entre a estética e a política nunca esteve tão evidente quanto neste momento. O ataque a Brasília em 8 de janeiro deste ano de 2023 gerou imagens impactantes de destruição real e simbólica, parte de um projeto deliberado de forças reacionárias. Obras de arte, performances e manifestações tradicionais foram e continuam sendo, nos últimos anos, alvos de ataques. Ataques que tomam formas variadas, sempre em torno de uma pauta que projeta para o país um contorno extremamente conservador (marcado por traços autoritários) e que reconhece o campo estético como campo de disputa. Portanto, é urgente que o campo cultural também seja espaço-tempo para pensarmos sobre o Brasil de hoje em sua enorme complexidade, paradoxos, limites, contradições e potencialidades, o que nos impõe articular reflexões sobre os movimentos de neocolonização, neodependência, neoconservadorismo e autoritarismo que disputam um projeto de país.

Recentemente, o filósofo Vladimir Safatle (2023) disse que há uma dimensão profunda dos embates políticos que são embates estéticos - entre formas distintas de afecções e circulação da experiência sensível. Consideramos que é preciso reconhecer e fortalecer as emergências e as insurgências de um mundo em transformação, que mobilizam as potências dos brasis profundos e dos brasis futuros; que praticam e compartilham outras economias,

outras políticas, outras sociabilidades, outras poéticas; que se traduzem em outras estéticas e são parte de uma necessária reconstrução do país baseada em novos valores e pactos.

Nossos corpos, nossas criações, nossos textos, nossas escolas, nossos alunos sempre foram campos de batalha. Uns, mais que outros. A disputa é e será contínua, estratégica. Estamos (e continuaremos) em foco. Por isso, podemos dizer que foram os avanços nas últimas décadas no campo das políticas e práticas educacionais e culturais que as colocaram na centralidade das disputas.

Mas qual o trabalho que parte expressiva das universidades públicas no Brasil vinha realizando antes do golpe? Para além da produção de conhecimento e práticas relacionadas às artes e aos patrimônios (comumente associados ao campo cultural), nossas universidades se abriram para o conhecimento cultural sofisticado das tecnologias de inovação e tecnologias sociais, dos movimentos urbanos, das comunidades rurais, dos povos tradicionais, e também se moveram em direção aos conhecimentos trazidos por um corpo discente absolutamente renovado pelas políticas de cotas, tornando-se mais inclusivas e culturalmente plurais. Assim, as universidades se moveram em direção à abertura para um conhecimento engajado com outras economias, outras sociabilidades, outras ecologias.

As universidades públicas no Brasil vêm dando importantes passos na formulação de uma política em consonância com as enormes transformações em curso na contemporaneidade. Suas prioridades vêm, passo a passo, sendo redefinidas pelo combate às desigualdades sociais, sejam elas de origem econômica, de gênero ou raciais, pelo reconhecimento das pautas decoloniais (tornando-se abertas às demandas pluriepistêmicas), pela atuação no contexto da cultura digital e do capitalismo em suas novas configurações, por uma atuação que responda às questões urgentes postas pela agenda ambiental.

Após uma forte política inclusiva (hoje, por volta de 50% dos estudantes das universidades públicas são oriundos do sistema de cotas sociais e raciais), e um alinhamento de suas políticas institucionais à agenda contemporânea, o lugar da cultura na universidade e o lugar da universidade no campo cultural foram se afirmando cada vez mais como campo estratégico da transformação contemporânea de nossas universidades. Poderíamos, portanto, dizer que nossa crise, ou nossas múltiplas crises contemporâneas, são fundamentalmente crises culturais.

Tomemos como exemplo a pauta ambiental. Um dos maiores desafios que temos, o ecológico, é tanto consequência quanto matriz de crises sucessivas. Os saberes indígenas e de matriz africana nos ensinam que não há como viver bem em um mundo em que a cultura e a

natureza não estejam integradas. O *buen vivir* (viver bem), proposto pelos povos indígenas dos Andes, envolve essa compreensão ecológica como condição fundamental.

O QUE FIZEMOS NESSES ANOS DE DESMONTE?

Na perspectiva da institucionalização da cultura nas políticas e organizações das universidades, ressaltamos os esforços para garantir a continuidade dos programas e projetos em curso, com objetivo de avançarmos em nossa organização institucional e acadêmica, e buscar nosso fortalecimento por meio da constituição de redes universitárias.

Apesar dos cortes orçamentários e desmonte de políticas, buscamos garantir a continuidade de políticas, programas e projetos de caráter inclusivo, emancipatório, de afirmação de direitos e da diversidade constitutiva da universidade. Trabalhamos também para avançar na nossa organização interna, na organização política-administrativa e acadêmica, fortalecendo nossos setores culturais e definindo políticas e planos plurianuais de cultura aprovados nas instâncias superiores das universidades. Avançamos na renovação dos projetos pedagógicos, na organização dos currículos, na expansão das ações extensionistas, apostando na transdisciplinaridade e na compreensão da transversalidade da cultura no projeto acadêmico, reconhecendo seu lugar articulador.

Para essa atuação, tivemos e temos como pressupostos a afirmação da cultura como direito e o reconhecimento das universidades como instituições culturais. A direção comum foi a do entendimento de que era preciso criar ou fortalecer as políticas culturais em nossas universidades, reconhecendo sua importância em um sistema nacional de cultura. Esse reconhecimento se deu por meio de vários movimentos, como o fortalecimento dos setores de gestão cultural das universidades, a criação de diretrizes de políticas culturais e de planos plurianuais de cultura, assim como pelo esforço conjunto que resultou no estabelecimento e fortalecimento de redes de cultura das universidades brasileiras — como a rede nacional do Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior (Forcult). Não menos importante nesse cenário é a participação nas redes internacionais como a rede latinoamericana da Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM) e a InterCult, já mencionada. Essas ações fortaleceram o conjunto das universidades públicas brasileiras como uma plataforma comum para a cultura.

TRANSVERSALIDADES DA CULTURA NAS UNIVERSIDADES

Do ponto de vista dos projetos acadêmicos, nossa proposta parte da compreensão da dimensão transversal da cultura nas universidades para pensarmos tanto o lugar da cultura nas universidades, quanto o lugar das universidades no campo cultural.

É importante afirmarmos a universidade como uma instituição de ensino, uma instituição científica, mas, também, uma instituição cultural, como defende Albino Rubim (2019). A cultura atravessa os campos de conhecimento, as esferas de atuação - ensino, pesquisa e extensão - e as instâncias de gestão. Desse modo, a cultura integra políticas de pró-reitorias, diretorias, escolas, departamentos, o que sublinha sua natureza transversal.

Essa transversalidade também se presentifica em relação ao lugar das universidades no campo da cultura. Podemos mencioná-la em três linhas: o das políticas, o dos territórios e o da pluralidade epistêmica. Sendo: 1) transversal na interação com os entes públicos e sociedade civil organizada, destacando a contribuição das universidades na difusão e exercício dos direitos culturais e de suas garantias; 2) transversal na sua interação com os vários territórios urbanos, rurais e periféricos; e 3) transversal ao afirmar a universidade como lugar de saberes plurais e como território pluriepistêmico. Entendemos que, no campo cultural, tal pluralidade e diversidade se manifesta na presença cada vez maior nas universidades de outras formas de conhecimento, como as culturas indígenas e afro-diaspóricas.

Na Universidade Federal de Minas Gerais, além de estarmos imersos e sermos agentes nos processos indicados anteriormente em nível nacional e internacional, a então Diretoria de Ação Cultural foi transformada em Pró-Reitoria de Cultura (PROCULT)³. Tal conquista é resultado de décadas de trabalho de diversos gestores e agentes culturais da universidade.

Também em 2022, tivemos a reestruturação e o fortalecimento de uma Fundação de apoio da universidade dedicada exclusivamente ao campo da cultura - A Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade.⁴ Desde 2021, estamos trabalhando na criação de um novo Plano de Cultura para a universidade, buscando envolver ativamente nossa comunidade, por meio dos Fóruns UFMG de Cultura.⁵ Na mesma ocasião, iniciamos o processo de mapeamento cultural

³A Pró-Reitoria de Cultura foi criada em junho de 2022 por meio da Res. N°01/2022. Disponível em: https://ufmg.br/storage/4/3/8/8/438880ba1c30faa52a1e17fedec3e0_16564368347684_724665030.pdf.

⁴Para mais informações a respeito da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade. Disponível em: <https://frmfa.com.br/>.

⁵Os *Fóruns UFMG de Cultura* tiveram início em 2014. Realizados pela então Diretoria de Ação Cultural da UFMG (DAC/UFMG), como espaços públicos de diálogo sobre temas culturais de interesse geral. Os registros em vídeo do Ciclo de Fóruns UFMG de Cultura podem ser acessados por meio dos links: <https://www.ufmg.br/mapadacultura/> e <https://www.youtube.com/c/CulturaUFMG/featured>.

da UFMG, como ação estratégica a ser realizada a cada dois anos, parte da política de cultura da PROCULT.⁶

Os Fóruns UFMG de Cultura e o Mapeamento Cultural, assim como a efetivação do Observatório de Cultura da UFMG são consoantes com as mudanças na esfera da governança da cultura na UFMG e visam subsidiar e promover o avanço nas políticas de cultura de modo compartilhado com a comunidade universitária. Destacamos também a proposição de uma Formação Transversal no campo da cultura - Formação Transversal Culturas em Movimento e Processos Criativos -, ofertada para toda a universidade.

A crescente interação da universidade com a sociedade se dá, especialmente, por meio de nossos sete espaços culturais com seus projetos, eventos, cursos e de parcerias com inúmeros agentes culturais do município e do estado.⁷ A universidade também precisa ser reinventada, e consideramos que esse movimento de transformação se dá, prioritariamente, de fora para dentro.

Nos organizamos e nos estruturamos em um momento de retrocesso político, e nos preparamos, com otimismo, para emergir de uma crise profunda e para iniciarmos uma nova fase em que a universidade pública possa avançar ainda mais em seu papel de instituição científica e cultural que reconhece a relevância da cultura em seu projeto acadêmico. Essa nova governança na área da cultura nas universidades e suas implicações nas políticas para a cultura nas instituições são parte de um trabalho de resistência, de construção e de criação de uma plataforma comum para a cultura, conforme citado anteriormente, para participarmos da reconstrução do que foi desmontado (ou mesmo destruído) nos últimos anos no campo das políticas culturais.

Defendemos, ainda, uma abordagem contemporânea e emancipatória no debate nacional e internacional que inclua a cultura como campo estratégico nas políticas públicas, nos organismos internacionais e em nossas universidades. E, para cumprirmos plenamente a missão de nossas universidades, é preciso potencializá-las como lugares de cultura.

⁶Para conhecer os resultados do I Mapeamento Cultural da UFMG – 2019 a 2021, acessar o link: <https://www.ufmg.br/mapadacultura/>. Em 2023 será realizado o II Mapeamento Cultural da UFMG, concernente aos anos 2022 e 2023.

⁷Centro Cultural UFMG; Conservatório UFMG; Espaço Acervo Artístico UFMG; Museu Casa Padre Toledo, em Tiradentes; Quatro Cantos Espaço Cultural e O Centro de Estudos e Biblioteca também em Tiradentes que compõem o Campus Cultural UFMG em Tiradentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MENCARELLI, Fernando Antonio; COELHO, Marcos. D. (org.). **Forcult**: instrumento para implementação de política cultural e planos de cultura nas IPES. 1. ed. Pelotas: Ed. UFPEL, 2020, v. 1, 102 p.

MENCARELLI, Fernando Antonio; ARRUDA, Carmem Lucia; CERQUEIRA, Fabio; CRUVINEL, Flavio. Redes de culturas das instituições públicas de ensino superior: fóruns e políticas. *In*: ENECULT, 17, 2021. Salvador. **Anais...** XVII Enecult 2021 - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: Enecult, 2021. v. 2. p.1-54.

MENCARELLI, Fernando Antonio. O Forcult e as políticas culturais nas Instituições Públicas de Ensino Superior: uma memória. *In*: ENECULT, 17, 2021. Salvador. **Anais...** XVII Enecult 2021 - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: Enecult, 2021, v. 2, p.27-40.

MENCARELLI, Fernando Antonio. Alguma coisa está fora da ordem: performance e políticas do sensível. *In*: Colóquio PPGAC UNIRIO, 18, 2018. **Anais...** XVIII Colóquio do PPGAC Unirio - O contemporâneo nas artes: entre vozes, escutas e afetos. Rio de Janeiro: Unirio, 2018. p. 3-14.

RIBEIRO, Mônica Medeiros; MENCARELLI, Fernando Antonio (org.). **Mundos possíveis**: culturas em pensamento. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022, v. 1, 260 p.

RIBEIRO, Mônica Medeiros; MENCARELLI, Fernando Antonio; MACHADO, Ana Flávia; HENRIQUE, Jonas. Mapeamento cultural da UFMG: 2019-2021. *In*: ENECULT, 18, 2022. **Anais...** XVIII Enecult 2022 - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: Enecult, 2022, v. 1, p. 1-15.

RUBIN, Albino. Universidades, Cultura e Políticas culturais. *In*: ENECULT, 15, 2019. **Anais...** XV Enecult 2019 - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: Enecult, 2019, v. 1, p. 1-17.

SAFATLE, Vladimir. **A insurreição da extrema direita**. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-insurreicao-da-extrema-direita/>. Acesso em: 5 mar. 2023.